

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT05.018

## O ENSINO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: FORMAÇÃO DE PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE BACABAL-MA

Regiane Oliveira Rodrigues<sup>1</sup>

### RESUMO

Pensar no ensino de História no contexto da educação do campo exigem um olhar com perspectiva na construção de uma educação popular, que tenha o compromisso com as lutas sociais, visando uma autonomia para a educação do campo, sendo vista como veículo indispensável no processo de reforma agrária, não se restringindo apenas para um currículo específico com metodologias e técnicas de ensino, mais firmar um compromisso social, de forma a contribuir com esse conhecimento, a partir dos interesses e necessidades do campo. O ensino de História deve proporcionar em seu processo de ensino e aprendizagem o contexto da educação do campo, buscando através da práxis pedagógica a afirmação da identidade, de forma que valorize a cultura, a história, as lutas e os movimentos sociais. A pesquisa de doutorado, tem por objetivo compreender o processo de ensino e aprendizagem do Ensino de História no contexto da educação do campo, articulada a valorização da cultura, da história, das lutas e conquistas dos trabalhadores apresentada a partir dos movimentos sociais, haja vista a afirmação da identidade dos sujeitos do campo. O trabalho se desenvolve a partir do aporte teórico; Caldart (2012), Arroyo (2004), Molina (2004), Freire (2009), Cerri (2008), dentre outros, que destacam

1 Doutoranda do Curso de História-PPGHIST, da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, regyanejc23@gmail.com

os movimentos sociais como protagonistas na construção de uma educação “do” e “no” campo. O produto que contemplará a pesquisa será um curso de formação de professores dos anos iniciais do ensino fundamental da rede municipal de Bacabal-MA, planejado em módulos que serão instruídos a partir dos saberes culturais do campo e seu contexto histórico, visando atender as reais necessidades dos sujeitos em seu processo de formação.

**Palavras-chave:** Artigo completo, Normas científicas, Congresso, Realize, Boa sorte.

## INTRODUÇÃO

No contexto educacional brasileiro percebemos a educação do campo caminhar em passos lentos, pois até a década de 80 inexistiam políticas públicas que atendessem as especificidades e complexidades do campo, não promovendo o acesso ou manutenção do ensino para as comunidades camponesas. A trajetória histórica desse cenário é marcada por lutas e conquistas, que refletem marcos que registram a história do homem e da mulher do campo, tendo como palco os abusos impostos por ideais neoliberais difundidos por grupos sociais dominantes, que visam a exploração dos camponeses a partir de estratégias de enriquecimento e fortalecimento da estrutura capitalista.

Faz-se necessário uma visão mais ampla do processo educacional, onde todos se sintam parte integrante deste sistema, possibilitando a compreensão das peculiaridades desse espaço, suas especificidades e necessidades, dinamizando também o processo de formação para além da estrutura física “escola”.

O papel do mediador do processo ensino-aprendizagem é verificável pelo professor do campo, no que tange seus esforços visando uma perspectiva de ideal, principalmente quando observado a disposição no ceder espaços físicos para o funcionamento da escola ou até mesmo sala de aula, locais estes realizados nas casas, igrejas, associações e salões de festa da comunidade quando não se dispõe de escolas.

Pensar em educação do campo e o professor do campo exigem um olhar com perspectiva na construção de uma educação popular, que tenha o compromisso com as lutas sociais, visando uma autonomia para a educação do campo, sendo vista como veículo indispensável no processo de reforma agrária, não se restringindo apenas para um currículo específico com metodologias e técnicas de ensino, mais firmar um compromisso social, de forma a contribuir com esse conhecimento, a partir dos interesses e necessidades do campo.

O ensino de História deve proporcionar em seu processo de ensino e aprendizagem o contexto da educação do campo, buscando através da práxis pedagógica a afirmação da identidade discente, de forma que valorize a cultura, a história, as lutas e os movimentos sociais.

A pesquisa tem por finalidade verificar a necessidade de compreender o Ensino de História no âmbito da Educação do Campo, visando a construção do conhecimento histórico e dinâmico numa perspectiva de valorização e afirmação da identidade dos sujeitos do campo. Com intuito de ressaltar a prática docente a partir do diálogo histórico e cultural do campo e os aspectos inerentes ao processo de ensino e aprendizagem, utilizando diferentes saberes, linguagens e recursos para viabilizar a contextualização do ensino de história a vida da comunidade campesina e suas peculiaridades.

Justifica-se a escolha do tema na perspectiva de compreender como os alunos do campo concebem o Ensino de História, como assimilam o conhecimento historiográfico que lhes é ensinado, se há contextualização e como são apresentados os conteúdos trabalhados pelo professor, se existe diálogo com a realidade em que estão inseridos, tendo em vista a afirmação da identidade do homem e da mulher do campo, das lutas, dos movimentos sociais, pois “a fonte geradora da historiografia é a necessária retificação das versões do passado histórico, operada a cada geração” (MALERBA, 2006, p. 17).

Faz-se necessário uma visão mais ampla do processo educacional, onde todos se sintam parte integrante deste sistema, possibilitando a compreensão das peculiaridades desse espaço, suas especificidades e necessidades, dinamizando também o processo de formação para além da estrutura física “escola”.

Pensar no ensino de História no contexto da educação do campo exige um olhar com perspectiva na construção de uma educação popular, que tenha o compromisso com as lutas sociais, visando uma autonomia para a educação do campo, sendo vista como veículo indispensável no processo de reforma agrária, não se restringindo apenas para um currí-

culo específico com metodologias e técnicas de ensino, mais firmar um compromisso social, de forma a contribuir com esse conhecimento, a partir dos interesses e necessidades do campo.

Nessa perspectiva, nossa problemática de investigação sustenta-se em compreender o processo de ensino e aprendizagem do Ensino de História no contexto da educação do campo, levando-nos a refletir sobre alguns aspectos relevantes, tais como: Em que termos o processo de ensino e aprendizagem do Ensino de História no contexto da Educação do Campo apresenta-se com potencial para atender as peculiaridades do campo? Como se desenvolve o Ensino de História nos anos iniciais do ensino fundamental e de que forma contribui para a afirmação da identidade do campo e seus sujeitos históricos?

Optou-se na pesquisa de doutorado em desenvolvimento, contemplar o conhecimento historiográfico, materialização e difusão de narrativas do saber histórico escolar e por constituir-se por variados pressupostos da linguagem, possibilitando adentrar no universo da sala de aula e utilizar-se destes pressupostos como produto histórico-social, materializada nas narrativas presentes no espaço escolar dessas linguagens para a interpretação de fatos e acontecimentos históricos.

Sendo assim, está possibilitando a construção do seu próprio conhecimento histórico a partir da elaboração e execução do produto educacional com as referências curriculares para o ensino de História, tendo em vista a utilização de um amplo repertório de materiais didáticos, verbais e não verbais, em direção à pluralização das narrativas.

O trabalho objetiva compreender o processo de ensino e aprendizagem do Ensino de História no contexto da educação do campo, articulada a valorização da cultura, da história, das lutas e conquistas dos trabalhadores apresentada a partir dos movimentos sociais, haja vista a afirmação da identidade dos sujeitos do campo no processo de construção de linguagens e narrativas firmadas pelo diálogo entre as peculiaridades desse espaço social e seu contexto histórico.

Faz-se necessário uma perspectiva mais ampla no processo de ensino e aprendizagem do ensino de História, à medida que a formação se articula com os demais aspectos referentes a área de atuação dos professores, tendo em vista seus diversos contextos: social, político, econômico, histórico, dentre outros, possibilitando a compreensão das peculiaridades desses espaços, suas especificidades e necessidades, enriquecendo e dinamizando também o processo de formação dos educandos dos anos iniciais do ensino fundamental.

## **METODOLOGIA**

Na perspectiva de compreender o objeto pesquisado é essencial indicar aspectos teórico-metodológicos que o fundamentem. Nesse sentido, entende-se que esta pesquisa segue uma abordagem qualitativa crítica, pois tem-se o intuito de objetivar a compreensão do ensino de História na educação do campo articulado às peculiaridades referentes à sua área de atuação, expondo assim aspectos não aparentes, partindo-se da percepção dos sujeitos que integram a pesquisa.

Conforme Freire (1996, p. 29), “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino”. A pesquisa é conceituada como extensão do ofício ou exercício da docência, integrada ao fazer pedagógico do professor, à sua prática, instigada pela curiosidade epistemológica do professor no curso, das indagações e perspectivas de adquirir novos saberes.

Conforme Ghedin e Franco (2008), a pesquisa qualitativa busca identificar as diversas facetas que integram o objeto pesquisado, confrontando os resultados alcançados analisando-os a partir dos diversos fatores históricos, culturais, sociais e econômicos.

Para compreender o objeto da pesquisa entende-se como fundamental que se adote uma postura crítica, referenciada na análise bibliográfica e documental, sob o respaldo também de documentos oficiais. A pesquisa bibliográfica enseja a revisão literária de autores, como Freire (1996), Caldart (2004), Severino (2006), dentre outros. Além dos autores referidos,

outros darão suporte ao desenvolvimento desta pesquisa, principalmente quando debruçada sobre aspectos essenciais, como os pertinentes à recomposição histórica da Educação do Campo, à prática docente, às concepções que permeiam essas dimensões do objeto pesquisado. Assim, a perspectiva teórica será construída na medida do avanço do conhecimento dessas dimensões.

Esta pesquisa seguirá os caminhos de uma pesquisa descritiva e exploratória que, segundo Gressler (1992, p. 295):[...] é usada para descrever fenômenos existentes. Situações presentes e eventos, identificar problemas e justificar condições, comparar e avaliar o que os outros estão desenvolvendo em situações e problemas similares, visando aclarar situações para futuros planos e decisões.

Pesquisa descritiva, por interpretar e analisar dados e significados que integram o Ensino de História e o conhecimento histórico contextualizado à educação do campo. Exploratório, por esclarecer conceitos sobre o objeto de estudo e promover análises mais precisas e satisfatórias de acordo com a percepção dos sujeitos partícipes. A pesquisa exploratória, tem por finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias tendo em vista a formulação de problemas mais precisos e hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores [...]. Habitualmente envolve levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso (GIL, 2012, p. 27).

Trata-se quanto aos procedimentos, de uma pesquisa de campo de natureza qualitativa, cujas análises dos instrumentos de pesquisa serão realizadas de forma subjetiva e objetiva, dando ênfase ao discurso dos pesquisados sobre a abordagem.

No campo empírico, a pesquisa está sendo desenvolvida em parceria com a SEMED de Bacabal-MA, atendendo algumas escolas da rede municipal de ensino. Com participação de 150 professores dos anos iniciais do ensino fundamental, que atuam na educação do campo. Sendo realizado grupos focais, firmando diálogos com os professores da disciplina História e diagnóstico sobre o desenvolvimento do processo de ensino e apren-

dizagem no contexto da educação do campo, sustentando indicadores para a estruturação da formação pedagógica. As fases de execução dos módulos da formação estão sendo realizadas de acordo com o planejamento da SEMED de Bacabal-MA.

A pesquisa está sendo instruída a partir da Entrevista Narrativa, onde utilizaremos a abordagem metodológica crítica para análise e tratamento dos dados. Será mantida na pesquisa a abordagem crítica do objeto para análise e tratamento dos dados, compreendidos no ensino de História no contexto da educação do campo articulada às peculiaridades referentes à sua área de atuação, expondo assim aspectos não visíveis, dando voz e partindo-se da visão e leitura dos sujeitos da pesquisa.

A observação, os grupos focais, a entrevista semiestruturada, a pesquisa bibliográfica e documental constitui, neste estudo, fontes essenciais de coleta de dados como suportes necessários para a consecução dos objetivos propostos e estruturação dos módulos da formação pedagógica que serão aplicados.

Como tangenciado há pouco, tais recursos metodológicos foram postos em prática numa incursão preliminar com o propósito de estabelecer uma aproximação mais concreta com o objeto de estudo. Entretanto, tem-se consciência da insuficiência desse contato inicial que requeria mais aprofundamento, pois como nos diz Kosik (1989) a essência não se mostra de imediato; assim, pretendeu-se ir nesta pesquisa para além do que revela a mera aparência.

Neste estudo busca-se compreender que a prática deve articular-se ao conhecimento, comprová-lo e ressignificá-lo como uma ação material a refletir diretamente na realidade dos sujeitos, que é dinâmica e que nunca será plenamente conhecida.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A união de forças pelos diversos representantes exprime a preocupação na oferta de uma educação que desempenhe a sua função social a

partir da valorização dos sujeitos do campo. Com a educação do campo em pauta, o poder público reconheceu a necessidade de contemplar a legislação específica brasileira para o ensino no campo, aprovando as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB n. 1, de 3 de abril de 2002) no ano de 2002, constituídas pelo Conselho Nacional de Educação, em parceria com a Câmara de Educação Básica. (BRASIL, 2002).

Neste período foram possíveis alguns progressos, com destaque ao ano de 1998 com o PRONERA; logo após, no ano de 2002, a grande repercussão da aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo criada pela Resolução do Conselho Nacional de Educação, CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002, e a mais recente conquista o Decreto nº 7.352/2010 (BRASIL, 2010), que trata do PRONERA e a política de Educação do Campo, aprovada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Tais diretrizes norteiam a organização do projeto institucional da educação do campo, baseada na legislação brasileira que visam à adequação nas modalidades de ensino, conforme trata em seu artigo:

Art. 2º. Estas Diretrizes, com base na legislação educacional, constituem um conjunto de princípios e de procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial, a Educação Indígena, a Educação Profissional de Nível Técnico e a Formação de Professores em Nível Médio na modalidade Normal.

Parágrafo único. A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. Sendo as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo um dos principais registros legais constituído para fundamentar as políticas educacionais e práticas docentes da educação específica para a realidade do campo (BRASIL, 2002).

Em concordância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9.394/96 (BRASIL, 1996), os artigos que integram as diretrizes operacionais abordam o contexto da vida e identidade do campo e seus sujeitos históricos, promovidos a partir da organização pedagógica evidenciada pela flexibilização do calendário escolar e na promoção da aprendizagem em seu rico espaço social, primando pela igualdade e isonomia na oferta do ensino de qualidade.

Art. 5º. As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9.394, de 1996, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia.

Parágrafo único. Para observância do estabelecido neste artigo, as propostas pedagógicas das escolas do campo, elaboradas no âmbito da autonomia dessas instituições, serão desenvolvidas e avaliadas sob a orientação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e a Educação Profissional de Nível Técnico (BRASIL, 1996)

A Educação do Campo caracteriza um fenômeno histórico nacional, contemplado pelo protagonismo das organizações advindas do campo, protagonismo que incide sobre as políticas públicas educacionais e vem ao encontro dos interesses das comunidades camponesas. São organizações que têm como finalidade a expressão dos direitos constitucionais garantidos, que remetem às lutas sociais, ao trabalho, à cultura e ao embate entre propostas do campo como espaço histórico-cultural e a perspectiva de exploração do campo e de seus sujeitos a partir das intencionalidades que atendem aos anseios do mercado como projeto do país.

Conforme Freire (2012, p. 25), que afirmava ser somente possível se compreender o contexto por meio da sua própria historicidade, no entanto, "não há atualidade nacional que não seja processo histórico".

Segundo Caldart (2004, p. 16):

Inventar um ideário para a Educação do Campo; isso não repercutiria na realidade concreta, que é a que nos interessa transformar, e nem seria uma verdadeira teoria. O desafio que temos, como sujeitos que colocam a "bandeira em marcha", é

abstrair das experiências, dos debates, das disputas em cursos, um conjunto de ideias que possam orientar o pensar (especialmente dos educadores) sobre a prática de educação da classe trabalhadora do campo; e, sobretudo, possam orientar e projetar outras práticas e políticas de educação. Por isso, esse é um trabalho que será tanto mais legítimo quanto mais for realizado de modo coletivo.

Nessa dinâmica, o ideal seria o professor do campo atender a perspectiva da construção do conhecimento articulada aos processos históricos e de lutas que reafirmam a identidade de um povo, permitindo a leitura de mundo, para assim intervir na realidade ao qual estão inseridos.

Destarte, os principais elementos aqui analisados são: a compreensão da formação inicial do educador do campo e suas principais dificuldades nesse processo, na promoção de um espaço de construção favorável ao conhecimento e aprendizagem; a partir da valorização das representações sociais “do” e “no” campo espaço de construção favorável ao conhecimento e aprendizagem; a partir da valorização das representações sociais “do” e “no” campo.

Caldart (2004, p. 33) a esse respeito, destaca que a educação do campo enseja uma educação específica e diferenciada que ajude na formação humana, emancipadora e criativa, assumindo a identidade do meio rural. “Trata-se de combinar pedagogias de modo a fazer uma educação que forme e cultive identidades, autoestima, valores, memórias, saberes, sabedoria; que enraíze sem necessariamente fixar as pessoas em sua cultura, seu lugar”.

Trabalhar a pesquisa partindo do aspecto histórico fundamentado por um novo paradigma de educação do campo que ainda está em construção, mobilizado pelos movimentos sociais nas décadas de 80 e 90, rompendo com o estereótipo estabelecido à educação rural, é um aspecto que deve ser levado em conta num trabalho dessa natureza. Tentando, assim, descaracterizar conceitos e concepções pré-estabelecidas quanto à superioridade propagada da educação da cidade em relação à do campo.

A educação do campo reflete o ideal da reforma agrária, da agricultura camponesa e as da agroecologia popular; assumindo uma postura

que luta contra a visão capitalista, desmistificando o campo como local de mão-de-obra barata a serviço do mercado. Aluta dos movimentos sociais por uma educação do campo não almeja somente o direito à educação, mas o direito de acesso no e do campo, que de acordo com Caldart (2004, p. 320) é definida como: No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem o direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais.

Ainda que a Educação do Campo caminhe em busca do seu reconhecimento, transitando no “campo de batalha”, visando lutar por suas políticas públicas, suas relações se vinculam ao espaço das contradições no âmbito da questão agrária em disputa, percorrendo a estrada dos objetivos e da concepção de humanidade, educação, de sociedade, de campo e política de Estado, que se desenham a partir das políticas neoliberais.

A expressão dos confrontos que norteiam as contraposições em que se consolida a educação do campo reforça a compreensão de que são os camponeses em seu coletivo, os sujeitos que hoje qualificam o polo assumido pelas contradições. Sob a pressão do capitalismo, os camponeses confrontam essa lógica fundamental de exploração, em caráter de resistência em respeito ao campo e à vida social.

A garantia dos direitos da comunidade camponesa se concentra no campo de conflitos e muita resistência, pois somente a partir da mobilização e organização da classe trabalhadora representada pelo MST, foi possível sua inserção nas políticas públicas. Mesmo com os grandes avanços no cenário educacional ainda nos deparamos com diversos entraves, como a legislação, saneamento básico, estruturas das escolas do campo, dentre outros.

O MST foi o preconizador do Movimento Por Uma Educação do Campo na promoção de espaços de discussões e trocas de experiências que enriqueceram as práticas educativas e organizacionais que alicerçaram a Educação do Campo, sendo tratado no decorrer desta seção.

A consolidação do Movimento Por Uma Educação do Campo integra alguns aspectos que norteiam a proposta educacional do MST que contribui de forma positiva na elaboração das concepções que instituem a Educação do Campo, compreendendoas reflexões inerentes às especificidades e lutas do movimento social como sujeito pedagógico, estabelecendo diálogo com o setor educacional.

Por consequência, verificam-se as políticas públicas da educação do campo instaladas em duas instâncias: uma sendo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, representado pelo PRONERA e a outra o MEC, através das normas que regulamentam a Educação do Campo, tais como: Resolução CNE/CEB 01/2002, que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Decreto 3.276/1999, que trata da formação em nível superior de professores para atuar na educação básica evidenciando em seus artigos 2º e 3º uma estrutura curricular que atenda as especificidades multidisciplinares em campos específicos desconhecimentos, dentre outras legislações.

Os movimentos sociais se estabelecem representados pelos sujeitos do campo produtores de direitos e contribuindo no esbalecimento de leis e políticas públicas educacionais, de trabalho e promoção de renda para a agricultura familiar. Os êxitos presenciados a partir dos movimentos de lutas contínuas e conquistas, trazem como um dos exemplos a inclusão da educação do campo nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, presente na Resolução nº 4/2010, do Conselho Nacional de Educação (CNE), vinculada ao Decreto nº 7326/2010 (BRASIL, 2010) que instituiu o PRONERA como instrumento de promoção de políticas públicas para a educação do campo.

Na elaboração do documento base da I Conferência, concluído em 1998 elevado a debate nos encontros estaduais anteriores ao evento nacional, foram apresentados os argumentos que representariam a nova concepção de educação do campo, antes denominada Educação Rural.

Segundo Caldart *et al.* (2012, p. 260), apresenta-se uma nova concepção:

Utilizar-se-á a expressão campo, e não a mais usual, meio rural, com o objetivo de incluir no processo da conferência uma reflexão sobre o sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência desse trabalho. Mas, quando se discutira educação do campo, se estará tratando da educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, sejam os camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural. Embora com essa preocupação mais ampla, há uma preocupação especial com o resgate do conceito de camponês. Um conceito histórico e político.

Percebemos uma contraposição referente à terminologia e seus próprios conceitos, no que diz respeito à ampliação do público a que se refere a população do campo com paradigma do contexto rural como apêndice produtivista. Portanto, ultrapassa o sentido da mudança terminológica assumindo novas perspectivas ao seu público, contextualizado a aspecto sociocultural de relação proximal com os demais processos intimamente conectados aos movimentos de lutas que o constituiu.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pensar em Educação do Campo devemos considerar as pessoas como sujeitos sociais e o campo como espaço rico em seu contexto histórico, desmistificando o meio somente como campo de exploração, como terra sem dono, sem legado histórico-cultural, pois os sujeitos do campo integram uma coletividade que busca o pleno exercício de seus direitos.

Os movimentos sociais devem ser os protagonistas na construção de uma educação para o campo apoiada pelo ensino de História, pois só está habilitado para recriar o contexto histórico, quem compreende e vive tal realidade, que permeia significados em seu cotidiano, que vai além da luta por terra, mas alcança o entendimento e significados das suas linguagens, dos seus valores, das misticas, do espaço histórico em que vive e as demais concepções existentes.

Os movimentos sociais devem ser considerados no ensino de História de essência educativa, pois nascem de uma perspectiva coletiva, de

mobilização e lutas sociais, contemplando a formação do homem como ser social, constroem na sua prática a ação política, na busca da efetivação dos seus direitos e deveres na condição de cidadãos, expressas pelas conquistas manifestadas nas lutas por políticas públicas que alcancem os sujeitos do campo e atendam as suas necessidades, a partir do respeito e valorização desse espaço social.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (orgs.). **Por uma educação do campo**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [1988]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 2 jan. 2023

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes operacionais para educação básica nas escolas do campo**. Brasília: MEC, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 2 jan. 2023.

BRASIL. **O Decreto nº 7326/2010**. Estabelece a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm). Acesso em 20 de mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**. Brasília: MEC, 2015. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documento/BNCCapresentacao.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História, Geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CALDART, R. S. A escola do campo em movimento. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (orgs.). **Por uma educação do campo**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p.89-131.

CALDART, R. S. **Pedagogia do movimento sem terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CALDART, Roseli Salete (Org.) et al. **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FÓRUM. NACIONAL DA EDUCAÇÃO DO CAMPO (FONEC) **Em defesa do pro-  
nera e do direito à educação do campo**. 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/02/28/forum-nacional-de-educacao-do-campodenunciaextincao-do-pronera/>. Acesso em: 30 jun. 2020.

FREIRE, P. **Educação e atualidade brasileira**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2012.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo, Paze Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 50. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GHEDIN, E.; FRANCO, M. A. S. **Questões de método na construção da pesquisa em educação** São Paulo: Cortez, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2012.

GLESSER, L. **Pesquisa Pedagógica**: uma introdução. São Paulo: Loyola, 1992.

HAGE, S. M. Classes Multisseriadas: desafios da educação rural no Estado do Pará/Região Amazônica. In: HAGE, S. M. (org.). **Educação do campo na Amazônia**: retratos de realidade das escolas multisseriadas no Pará. Belém: Ed. Gutemberg, 2005.

MALERBA, J. Teoria e história da historiografia. In: MALERBA, Jurandir. **A história escrita**: teoria e história da Historiografia. São Paulo: Contexto, 2006.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Princípios da educação no MST. Porto Alegre: MST, 1997 (**Caderno de Educação, n. 8**).